

celebrarmos, porque nós só nos lembramos daquilo que nós celebramos. Então, é importante celebrar e comemorar.

Eu fico muito feliz em poder abraçar a nossa querida pastora Ozaide, que recentemente completou 90 anos de vida, mas continua com todo o vigor, adorando a Deus, dando testemunho e sendo uma grande referência para todos nós. Então, eu quero aqui deixar os meus parabêns ao meu amigo pessoal, o Pastor Cirinho como a gente chama, mas o pastor Ciro Cabral do Lago, que inclusive é superintendente da nossa igreja lá na cidade de Limeira e à nossa querida madrinha, pastora Ozaide.

Em nomes deles... Todo o ministério quadrangular e toda a cidade de Limeira que se alegra com essa igreja, que tem prestado um trabalho tão relevante, seja na área social, seja na transformação de vidas, pessoas que foram curadas, pessoas que foram resgatadas, famílias que foram transformadas pelo poder do Evangelho, pelo poder do nome de Jesus.

Então, fica aqui todo o meu reconhecimento e a minha gratidão à essa igreja tão querida.

É isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Dando sequência à lista de oradores, com a palavra o deputado Itamar Borges. (Pausa.) Com a palavra deputada Beth Sahnão. (Pausa.) Com a palavra deputada Leci Brandão. (Pausa.) Com a palavra o deputado Enio Tatto. (Pausa.) Com a palavra o deputado Ricardo Madalena. (Pausa.)

Com a palavra o deputado Paulo Mansur. (Pausa.) Com a palavra o deputado Delegado Olim. (Pausa.) Com a palavra o deputado Vitão do Cachorrão. (Pausa.) Com a palavra a deputada Professora Bebel. (Pausa.)

Com a palavra deputada Ediane Maria. (Pausa.) Com a palavra o deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Com a palavra deputado Conte Lopes, que fará uso regimental da tribuna.

O SR. CONTE LOPES - PL - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados. Hoje pela manhã tivemos a oportunidade de comparecer ao aniversário de 48 anos do 3º Batalhão de Choque, o Batalhão Humaitá, sob o comando do coronel Mendes. Lá estavam presentes o comandante da PM, o coronel Cássio, e também o delegado geral, doutor Artur.

E a gente fica feliz em ver que a polícia está trabalhando, combatendo o crime organizado. Inclusive, nesta madrugada, o pessoal do COE enfrentou bandidos do crime organizado em Paraisópolis e um bandido, acusado da morte de um policial militar há tempos atrás, acabou morrendo em tiroteio, um tal de Mandrake.

Então, a gente fica feliz porque eu acho que o que importa é que a polícia esteja combatendo o crime organizado. Nós vimos há pouco o próprio senador, o nosso deputado Suplicy - que já foi senador por três legislaturas - falando a respeito do que aconteceu no Equador, e isso é o que?

É fruto do crime organizado, de pessoas que vão se fortalecendo do lado do mal, do lado do crime, que acham que podem fazer o que bem entendem, e a única forma de combater isso é com a polícia.

A polícia não serve nem à esquerda, nem à direita, a polícia serve à sociedade, ela tem que trabalhar em defesa da sociedade. Então quando a gente vê essa atuação da polícia - do secretário Derrite, lá na Baixada - é importante. Essa força que o governador Tarcísio está dando à polícia é superimportante, uniu a polícia, colocou a polícia pela primeira vez sob comando da polícia.

Não é promotor público, não é juiz, não é general, são homens da polícia, que entendem o que é Segurança Pública, que sabem que têm que dar segurança para o povo. Eles não estão servindo a partido nenhum.

De vez em quando a gente vê umas discussões aqui de esquerda, de direita. Não é nada disso. Eu acho que nem a esquerda, nem a direita defendem bandido. Ninguém defende bandido, não é? Essa é a grande verdade.

Às vezes o cara faz um discurso que não tem nada a ver. Quem ataca a sociedade, quem comete crime tem que ser preso. Se ele se entregar, ele vai ser preso, como milhares e milhares são presos todos os dias. Agora, se ele reage, obviamente a polícia tem condição de agir, de reagir, não é? Então essa é a grande verdade.

Então a gente fica feliz com isso. Hoje, como eu disse, lá no 3º Batalhão de Choque, teve essa homenagem e a presença dos dois comandantes: o delegado-geral e o comando da PM unidos contra o crime. Isso é muito importante. Só tem um inimigo da sociedade: é o bandido, o criminoso, o traficante.

Como a gente falou ontem aqui, a gente fica surpreso em ver que, no Supremo Tribunal Federal, está 4 x 0 a liberação da maconha. E quem vai vender a maconha para os caras usarem? Eu não sou, né? Nem a padaria, nem a farmácia. É o traficante. Então, se vocês liberam, no Supremo, o uso para o viciado, obviamente vai ter traficante vendendo essa droga, não é verdade? Vai ter um traficante vendendo essa droga.

Como eu disse também aqui nesta Casa, nós aprovamos um projeto de lei impedindo que o fumante venha a usar o seu cigarro em restaurantes, em cinemas, porque, de acordo com os médicos, causa até câncer passivo para quem está do lado cheirando a fumaça do outro. Eu pergunto: a maconha não causa isso? A maconha não tem nada disso, não causa mal nenhum? Devia perguntar aos médicos, né?

Eu acho que todo viciado, de qualquer tipo de vício, começa com a maconha. Agora, depois vão liberar o quê? Cocaína? Crack? O K9, que mata tantos jovens aí, deixa o cara totalmente xarope? É isso que é importante saber. Então nós temos que viver do lado do bem.

Então a gente fica feliz que a Polícia de São Paulo esteja combatendo efetivamente o crime, esteja nas ruas de São Paulo combatendo o crime. Então, pela primeira vez, nós temos a Polícia sob comando de policiais. Está aí o coronel Cássio, está aí o Dr. Artur, combatendo o crime, unidos contra o crime. Isso é uma proteção à população de São Paulo.

É evidente que um país, uma cidade, um estado mais seguro é até economicamente melhor, porque as pessoas podem ir às ruas, podem ir ao cinema, podem ir ao shopping, podem ir ao futebol. Se há um terror total, a pessoa não sai de casa.

Então esperamos que continue dessa maneira esse combate efetivo ao crime com a polícia junta, unida, uma ao lado da outra. O inimigo é um só: é o bandido. Aqui em São Paulo inclusive temos o apoio das guardas municipais, no interior também, muitas guardas municipais trabalhando contra o crime. Então a gente fica feliz com isso, que é a proteção à sociedade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Obrigado, Conte Lopes. Gostaria de chamar V. Exa. para continuar presidindo a sessão. Nós já vamos entrar no Grande Expediente.

* * *

- Passa-se ao

GRANDE EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Com a palavra a deputada Thainara Faria. (Pausa.) Com a palavra o deputado Itamar Borges. (Pausa.) Com a palavra o deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Com a palavra a deputada Andréa Werner. (Pausa.) Com a palavra o deputado Luiz Fernando Teixeira. (Pausa.) Com a palavra a deputada Professora Bebel. (Pausa.) Com a palavra o deputado Dr. Elton. (Pausa.)

Com a palavra o deputado Rafa Zimbaldi. (Pausa.) Com a palavra o deputado Simão Pedro. (Pausa.) Com a palavra o deputado Reis. (Pausa.) Com a palavra o deputado Capitão Telhada. (Pausa.) Com a palavra o deputado Emídio de Souza. (Pausa.) Com a palavra o deputado Vitão do Cachorrão. (Pausa.) Com a palavra a deputada Solange Freitas. (Pausa.) Com a

palavra o deputado Guilherme Cortez. (Pausa.) Com a palavra o deputado Tomé Abduch. (Pausa.)

Com a palavra a deputada Paula da Bancada Feminista. (Pausa.) Com a palavra o deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Com a palavra o deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Com a palavra o deputado Delegado Olim. (Pausa.) Com a palavra o deputado Lucas Bove. (Pausa.) Com a palavra o deputado Donato. (Pausa.) Com a palavra a deputada Dani Alonso. (Pausa.) Com a palavra a deputada Beth Sahnão. (Pausa.) Com a palavra o deputado Rui Alves. (Pausa.)

Com a palavra o deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Com a palavra o deputado Major Mecca. (Pausa.) Com a palavra o deputado Valdomiro Lopes. (Pausa.) Com a palavra o deputado Atila Jacomussi. (Pausa.) Com a palavra o deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Com a palavra o deputado Conte Lopes. (Pausa.) Com a palavra a deputada Marta Costa. (Pausa.) Com a palavra a deputada Fabiana Barroso. (Pausa.)

Passo então a condução dos nossos trabalhos para o deputado Conte Lopes.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Conte Lopes.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CONTE LOPES - PL - Este deputado já fez uso da palavra no Pequeno Expediente. E agora chamo para fazer o uso da palavra, o nobre deputado Carlos Giannazi. Vossa Excelência tem o prazo regimental de dez minutos no Grande Expediente. Vossa Excelência tem o prazo regimental.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, deputado Conte Lopes, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público aqui presente, telespectador da TV Assembleia.

Sr. Presidente, eu quero, mais uma vez, manifestar o meu total apoio à luta dos servidores técnico-administrativos da Unesp, da nossa grande universidade aqui do estado de São Paulo. Eles estão em greve porque estão reivindicando, já há muitos anos, a equiparação salarial com os servidores da Universidade de São Paulo. Nós temos três universidades de São Paulo: a Unesp, a Unicamp e a USP.

E os servidores da Unesp estão sendo prejudicados e marginalizados nesse sentido, porque não há aqui, Sr. Presidente, o respeito a um princípio constitucional que se chama isonomia salarial.

Eles prestam o mesmo serviço, é o mesmo trabalho, é a mesma função dos servidores da Universidade de São Paulo, porém eles não recebem o mesmo salário e há uma defasagem monstruosa, de até 40% de diferença salarial.

Então, os servidores foram obrigados a entrar em greve porque até agora não houve nenhum tipo de avanço nessa negociação. A reitoria ainda não apresentou, Sr. Presidente, uma proposta de reajuste salarial, de tal forma que haja, de fato, essa equiparação.

Já há uma equiparação, por exemplo, entre os docentes das três universidades; então se para os docentes, para os professores já há o respeito ao princípio da isonomia salarial, por que para os servidores técnico-administrativos, não? É um absurdo isso.

Então, por isso que nós queremos aqui da tribuna da Assembleia Legislativa, mais uma vez, exigir que a Reitoria da Unesp tome as providências, até porque a Unesp tem o maior orçamento de toda a sua história, Sr. Presidente.

Ela tem reservas no seu orçamento para fazer justiça salarial com esses servidores que são importantes para o funcionamento da universidade. Sem eles a universidade praticamente não funciona, porque a gente pensa que escola ou universidade é só professor e aluno. Não. Tem toda uma rede de apoio de trabalhadores e trabalhadoras, que dão sustentação ao trabalho, e sem eles não há funcionamento das nossas universidades.

Então, é muito importante que a Reitoria da Unesp atenda a essa reivindicação, Sr. Presidente. Eu estou aqui em contato constante com o Sindicato dos Trabalhadores da Unesp. Por isso eu tenho aqui uma foto que eu queria mostrar: eles estão em assembleia permanente, que é o Sintunesp, Sindicato dos Trabalhadores da Unesp, que estão fazendo essa luta, organizando a luta, a resistência, a equiparação já.

Eu quero saudar aqui o Sintunesp que tem, historicamente, representado a luta dos servidores e servidoras da Unesp e faz a mobilização, têm vários campi em greve; outros estão em estado de greve, outros estão preparando as mobilizações.

Eu sei que dia 15 vai ter uma reunião com a reitoria para que haja aí o início de alguma negociação. E eu já me antecipei, Sr. Presidente, eu já pedi também a convocação do reitor da Unesp aqui na Assembleia Legislativa, para que ele atenda a essa reivindicação, para que ele explique, né, com tanto dinheiro no cofre da Unesp, com reserva orçamentária, por que que ele não está atendendo a essa reivindicação importante e justa.

Nós temos o apoio de várias outras entidades, de parlamentares aqui da Assembleia Legislativa, parlamentares estaduais, federais, vereadores nessa luta e inclusive até do Fórum das Seis, que já soltou um documento de apoio que congrega os trabalhadores, os docentes e os alunos das três universidades, USP, Unicamp, Unesp e do Centro Paula Souza. O Centro Paula Souza, cujos professores estão em greve também.

Enfim, Sr. Presidente, todo o nosso apoio à luta e à greve dos servidores técnico-administrativos da Unesp. E lembrando, Sr. Presidente pedi já convocação do reitor da Unesp aqui na Assembleia Legislativa, nas comissões pertinentes ao caso.

Quero ainda, Sr. Presidente, aqui no Grande Expediente, voltar ao tema da invasão dos celulares, dos computadores dos professores, dos alunos e dos pais de alunos da rede estadual. A Secretaria da Educação virou hacker ontem. Falei sobre isso, aacionei o Ministério Público Estadual.

Nós ontem debatemos em exaustão esse tema aqui no plenário, e ontem mesmo, após as nossas denúncias, o secretário da Educação voltou atrás e disse que foi um erro, Sr. Presidente. Esse é o ponto que eu queria aqui ressaltar, porque ninguém está falando sobre isso.

A imprensa falou, tem matéria hoje na "Folha de S.Paulo", no "Globo", tem matéria em todos os jornais, praticamente, aqui de São Paulo, falando sobre esse tema, criticando essa invasão de privacidade dos professores, a Seduc virando hacker.

E o secretário deu a justificativa. O secretário falou que foi um erro. Ele abriu um processo administrativo para ver qual que é o erro. Sr. Presidente, isso é mentira. Isso é mentira, Sr. Presidente.

Esse é um destaque que eu quero fazer, no ano passado, o secretário Renato Feder era o secretário estadual de Educação do Paraná, do estado do Paraná, e aconteceu a mesma coisa, Sr. Presidente.

Tem aqui a matéria. Eu trouxe ontem, e vou ressaltar de novo, para que as pessoas saibam que é mentira, porque aconteceu. Olha só. "Educação violada, aplicativo não autorizado surge no celular de professores e levanta suspeitas".

E olha a matéria de quando: 19 de novembro de 2022, do ano passado. Sr. Presidente, tem interesses aí por detrás dessa invasão dos celulares dos professores e dos membros da comunidade escolar.

Ele já cometeu esse mesmo procedimento, erro ou crime no Paraná, no ano passado. Sr. Presidente, é a mesma empresa que foi contratada lá, foi contratada aqui também no estado de São Paulo. Nós estamos investigando isso, presidente. Isso é grave. A Secretaria está mentindo abertamente. Olha só, errou também, daí disse que cometeu um erro também, lá atrás. Foi um erro.

Engração que é o mesmo secretário. Em dois estados, ele comete o mesmo erro. Tem alguma coisa nebulosa por detrás, que nós queremos saber, Sr. Presidente. Nós estamos investigando, porque é grave, e é importante que a imprensa saiba disso, porque a imprensa não está noticiando esse fato. Então, está

aceitando. "Foi um erro pronto, vai ter uma investigação, talvez um processo administrativo, e ninguém fala mais sobre isso".

Não. Nós vamos continuar falando, porque, olha, teve lá a mesma situação no ano passado. Então, ele vai ter que explicar por que fez? Tem aí. Isso foi deliberado. Não foi um erro, não. Tem alguma coisa nebulosa e grave por detrás desse tipo de procedimento.

Quero ainda, Sr. Presidente, aqui no Grande Expediente, também falar sobre a questão da Polícia Penal, Sr. Presidente. Olha só, os servidores do Sistema Prisional, depois de muita luta, aprovaram a PEC da Polícia Penal. Aprovamos aqui, inclusive, no plenário, logicamente, mas não houve a regulamentação até agora.

Os servidores do Sistema Penal não tiveram o reajuste que tiveram os servidores da Segurança Pública. Porque eles são os servidores da Segurança Pública, são policiais penais, e deveriam estar naquele reajuste, pelo menos, da Polícia Militar e da Polícia Civil.

Eles foram golpeados nesse processo do reajuste da Segurança Pública. Tiveram apenas 6%, e até agora o governo não encaminhou o projeto da lei orgânica da Polícia Penal, Sr. Presidente.

Eu quero destacar aqui que nós estamos lutando, exigindo que o governo incorpore na lei orgânica todos os trabalhadores e trabalhadoras do Sistema Prisional. Eles devem compor, todos eles, os administrativos, o pessoal da saúde, os assistentes sociais, os psicólogos, os motoristas, que devem estar, inclusive, classificados como policiais penais, é o que nós estamos defendendo aqui, e que os outros servidores todos sejam incluídos nessa lei orgânica.

Mas, até agora, o projeto não veio, Sr. Presidente. Há muita resistência do governo, estou sabendo, e eu não confio. Mas, quando chegar o Projeto da lei Orgânica, se esses trabalhadores e essas trabalhadoras não forem contemplados, nós vamos apresentar emendas e fazer a luta aqui dentro do plenário.

Então, aproveito, aqui da tribuna da Assembleia Legislativa, para continuar exigindo isso. Estamos exigindo o tempo todo que o governo apresente um projeto de lei que seja discutido com as entidades representativas dos servidores do sistema prisional e que ele já venha pronto para que a gente possa votar, incluindo todos os trabalhadores e trabalhadoras que estão trabalhando no sistema penal, como já é na Polícia Civil, onde todos foram incorporados à Lei Orgânica da Polícia Civil.

É simples, Sr. Presidente, basta o governo ter interesse. Estamos dispostos a aprovar esse projeto, mas incluindo todos, porque ninguém vai largar a mão de ninguém na aprovação dessa Lei Orgânica do Sistema Prisional.

Por fim, Sr. Presidente, para concluir, não posso deixar de destacar que ontem eu recebi aqui na Assembleia Legislativa uma comissão com vários profissionais da Educação do município de Guarulhos, inclusive acompanhados pela Associação dos Educadores de Guarulhos. Existe lá uma associação que organiza esses trabalhadores e essas trabalhadoras, como professores, diretores, supervisores de ensino.

A situação é grave, Sr. Presidente. É tão grave que esses servidores estão denunciando o assédio moral, a perseguição política, o desmonte da rede, a falta de professores, questões ligadas com dificuldades na área do transporte escolar, da merenda escolar.

Uma verdadeira desorganização da rede. É um governo que não investe de verdade e persegue quem denuncia, quem tenta melhorar as condições de funcionamento das escolas, sobretudo perseguindo supervisores e supervisoras de ensino. São denúncias gravíssimas.

Temos aqui um documento que vamos levar ao Ministério Público estadual e ao Tribunal de Contas também. É grave a situação dos nossos colegas e das nossas colegas da Educação.

Então, estamos denunciando aqui na tribuna da Assembleia Legislativa e vamos tomar outras medidas também, que estamos organizando junto com essa comissão, com esses supervisores, supervisoras, diretores, e com a Associação dos Educadores da Cidade de Guarulhos. Então, temos que ter investimento em educação lá e respeito ao trabalho dos profissionais da Educação.

Então era isso, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Havendo acordo entre as lideranças, solicito o levantamento desta sessão.

O SR. PRESIDENTE - CONTE LOPES - PL - É regimental. Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 13 minutos.

* * *

11 DE AGOSTO DE 2023 79ª SESSÃO ORDINÁRIA

<p>Presidência: CARLOS GIANNAZI, REIS e EDUARDO SUPLICY</p>

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - CARLOS GIANNAZI
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - EDUARDO SUPLICY
Por inscrição, faz pronunciamento.
3 - REIS
Por inscrição, faz pronunciamento.
4 - PRESIDENTE CARLOS GIANNAZI
Endossa o pronunciamento do deputado Reis.
5 - REIS
Assume a Presidência.
6 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
7 - EDUARDO SUPLICY
Por inscrição, faz pronunciamento.
8 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
9 - EDUARDO SUPLICY
Assume a Presidência.
10 - REIS
Por inscrição, faz pronunciamento.
11 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
12 - CARLOS GIANNAZI
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
13 - PRESIDENTE EDUARDO SUPLICY
Defere o pedido. Relata participação em evento na Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional São Paulo, referente à letalidade prisional. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 14/08, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.
* * *
- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Carlos Giannazi.
* * *
- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Dando início à lista de oradores inscritos no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Com a palavra o deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Com a palavra o deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Com a palavra o deputado Eduardo Suplicy, que fará uso regimental da tribuna por até cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Presidente, deputado Carlos Giannazi, deputado Reis, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos condenou a morte violenta de 16 pessoas durante a operação policial na região da Baixada Santista, no estado de São Paulo, Brasil.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos insta o Estado a investigar pronta, diligente e exaustivamente os fatos ocorridos, considerando toda a cadeia de comando, bem como a sancionar os responsáveis e reparar integralmente as vítimas e seus familiares.

As mortes ocorreram no âmbito da ação policial denominada "Operação Escudo", iniciada em 28 de julho, depois do assassinato de um agente policial pelo crime organizado, no município do Guarujá.

Entre as vítimas fatais, uma foi alvejada enquanto caminhava em direção a um mercado, enquanto outra teria sido executada depois de ser rendida em sua casa enquanto cuidava de seu bebê. Apesar das perdas de vidas humanas, as autoridades locais declararam que a operação na Baixada Santista se estenderá por um período de 30 dias.

A Defensoria Pública de São Paulo, por sua vez, instou a Secretaria de Segurança Pública estadual a interromper imediatamente a operação policial e a suspender temporariamente aqueles militares envolvidos nas mortes.

Além disso, requisitou informações sobre a excepcionalidade da ação baixo as diretrizes de incursões policiais em comunidades estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal, em 2020. A seu turno, a pessoa ouvidora das polícias de São Paulo informou que aprará dos fatos por meio das imagens das câmeras utilizadas nas fardas dos policiais.

No âmbito do governo federal, segundo a informação proporcionada pelo Estado, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, afirmou que as denúncias em relação à referida operação são graves e merecem ser apuradas com rigor.

Adicionalmente, informou que a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos e a Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos foram acionadas a acompanhar as investigações e fiscalizar as providências adotadas pelas autoridades em relação a este episódio, além de dialogar com outras autoridades para compreender o que aconteceu.

O ministro Silvío Almeida enfatizou que um crime bárbaro foi cometido e que o respeito aos Direitos Humanos deve ser preservado, tanto para agentes de Segurança Pública, como para a população dos territórios onde a Polícia atua. Esses graves acontecimentos ocorrem em meio a um aumento recente da violência policial em São Paulo.

Segundo dados oficiais do Estado, o número de mortes causadas por policiais militares em serviço aumentou 26% no primeiro semestre de 2023, passando de 123 registros, durante os primeiros seis meses de 2022, para 155 no mesmo período deste ano.

O aumento indica uma mudança na redução de 57% observada após a introdução das câmaras corporais entre os anos de 2019 e 2022, conforme estudo publicado pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo.

As recentes operações indicariam um padrão de execução extrajudicial por parte das forças de segurança que acabaram custando várias vidas nos últimos meses no Brasil, como registrado no massacre de 28 pessoas na Favela do Jacarezinho, assim como 23 na Vila Cruzeiro, ambos em maio de 2022.

Nas últimas semanas, faleceram ao menos 10 pessoas no Rio de Janeiro e 30 na Bahia, em decorrência das ações das forças de segurança pública. Em relação às mortes na Bahia, o estado comunicou que o ministro Silvío Almeida determinou formalmente à Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos que acompanhe a apuração do caso e ouça as autoridades, bem como a sociedade civil, ao reconhecer que intervenções policiais que resultam em números expressivos de mortes não são compatíveis com um país que se pretende democrático e em consonância com os Direitos Humanos.

A Comissão Interamericana reafirma como indicado no relatório sobre o Brasil que a violência policial neste País responde a um contexto de discriminação racial sistêmica no qual as forças de segurança realizam operações em áreas expostas a vulnerabilidades socioeconômicas e com alta concentração de pessoas afrodescendentes e jovens, sem observância dos parâmetros internacionais de Direitos Humanos.

Desse modo, reitera-se ao estado seu dever de assegurar o cumprimento das suas obrigações internacionais em matéria do uso da força baseado nos princípios da legalidade, proporcionalidade e absoluta necessidade, com vistas a reformar suas políticas de segurança pública.

Finalmente, lembra que cabe à Justiça ordinária investigar as graves violações de Direitos Humanos praticadas por agentes policiais. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos é um órgão principal e autônomo da Organização dos Estados Americanos, cujo mandato deriva da Carta da OEA e da Convenção Americana dos Direitos Humanos.

A Comissão Interamericana será mandatada para promover a observância dos Direitos Humanos na região e atuar como órgão consultivo da OEA sobre o assunto. A Comissão Interamericana é composta por sete membros independentes, eleitos pela Assembleia-Geral da OEA em caráter pessoal, e não representa os seus países de origem ou residência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Dando sequência à lista de oradores inscritos, com a palavra a deputada Dani Alonso. (Pausa.) Com a palavra o deputado Itamar Borges. (Pausa.) Com a palavra a deputada Beth Sahnão. (Pausa.) Com a palavra a deputada Leci Brandão. (Pausa.)

Com a palavra o deputado Enio Tatto. (Pausa.) Com a palavra o deputado Guilherme Cortez. (Pausa.) Com a palavra o deputado Jorge do Carmo. (Pausa.) Com a palavra o deputado Lucas Bove. (Pausa.) Com a palavra o deputado Reis, para uso regimental da tribuna.

O SR. REIS - PT - Saúdo o presidente Giannazi, os Srs. Deputados, as Sras. Deputadas. Cumprimento o público presente, os integrantes da Polícia Civil, da Polícia Militar, da Polícia Técnico-Científica, da Polícia Penal, todos os funcionários desta Casa e todos aqueles e aquelas que nos acompanham pelas redes sociais, mais precisamente pela Rede Alesp.

Sr. Presidente, hoje é o Dia do Advogado. Então, quero fazer uma homenagem a todos os advogados, a todas as advogadas pelo trabalho que desenvolvem em nosso estado, em nosso país, em defesa do nosso povo.

Também é o aniversário da UNE. Vou dar os parabéns à UNE, essa instituição que faz parte da nossa história e que tem feito um trabalho extraordinário para o nosso povo.

Vou dizer, Sr. Presidente, que o secretário de Educação do governador Tarcísio, é como ele. Assim, é claro que precisa da oposição. Mas o secretário ajuda muito a oposição, porque faz uma lambança total.

Vossa Excelência fez uma representação ao Ministério Público com relação aos negócios da Multilaser. E eu também fiz nessa mesma linha porque, como V.Exa. é muito diligente nessa questão da Educação e eu tinha também protocolado uma representação, ela foi apensada à sua, e o Ministério Público acabou por arquivá-la, porque entendeu que os negócios da Multilaser com a Secretaria da Educação foram feitos anteriormente, ou seja, no governo anterior.